

O ASSISTENTE SOCIAL COMO ARTICULADOR SOCIOAMBIENTAL NO AMBIENTE CORPORATIVO*

THE SOCIAL ASSISTANT AS A SOCIO-ENVIRONMENTAL ARTICULATOR IN THE CORPORATE ENVIRONMENT

Michele Machado Meireles Correa

Thaise Vieira da Silva**

Roseline Cardoso***

INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR FRANCISCANO

RESUMO

Os problemas ambientais estão cada vez mais visíveis, e afetam parcelas maiores da população, sem distinção, o que propõe pensar, decidir e influenciar ações em defesa de um futuro com equidade social, proteção do meio ambiente, valorização do ser humano, dimensões do desenvolvimento sustentável que não podem ser consideradas separadamente. Nessa perspectiva, o presente trabalho aborda a importância do assistente social como interventor no processo de consciência sustentável no ambiente corporativo, considerando fatores de ordem individual e coletiva. O objetivo geral da pesquisa é refletir sobre a atuação do assistente social como articulador socioambiental no meio institucional. Nesse sentido, os resultados obtidos indicaram que o assistente social é, irrefutavelmente, capaz de ser um agente transformador na demanda da sustentabilidade corporativa confirmando a hipótese inicial da investigação.

Palavras-chave: Consciência sustentável. Ambiente corporativo. Assistente social.

ABSTRACT

Environmental problems are increasingly visible, and affect larger portions of the population, without distinction, which proposes to think, decide and influence actions in defense of a future with social equity, protection of the environment, appreciation of the human being, dimensions of development sustainable development that cannot be considered separately. From this perspective, the present work addresses the importance of the social worker as an intervener in the process of sustainable awareness in the corporate environment, considering individual and collective factors. The general objective of the research is to reflect on the role of the social worker as a socio-environmental articulator in the institutional environment. The methods used in this investigation are of a bibliographic nature with a qualitative approach. In this sense, the results obtained indicated that the social worker is, irrefutably, capable of being a transforming agent in the demand for corporate sustainability, confirming the initial hypothesis of the investigation.

Keywords: Sustainable conscience. Corporate environment. Social worker.

*Artigo Científico apresentado ao Curso de Serviço Social do Instituto de Ensino Superior Franciscano para obtenção do grau de assistente social

** Graduandas do 8º período do Curso de Serviço Social do Instituto de Ensino Superior Franciscano.

*** Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Maranhão. Esp. em Gestão Pública pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano. Mestranda em História, Ensino e Narrativas pela Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: roseline.cardoso@yahoo.com.

1 INTRODUÇÃO

No tocante a proliferação da situação de vulnerabilidade, os desdobramentos da questão ambiental reproduzem expressões da questão social, por se tratarem de mazelas sociais que ferem direitos fundamentais que asseguram a dignidade humana. Portanto, a absorção do desenvolvimento sustentável no íntimo das instituições, diminui os problemas ambientais e transforma a realidade social e econômica.

Tratando-se do enfrentamento desta questão, além dos pactos internacionais, no Brasil foram formuladas políticas públicas que buscam reduzir seu agravamento, orientadas tanto à pessoa física quanto jurídica, criadas para definir normas e infrações, como forma de contribuir para o processo de mudança de comportamento da sociedade civil e do mundo corporativo. (FERREIRA, 2015)

Diante disso, como se desenvolve o processo de enfrentamento da questão socioambiental no meio corporativo com participação do Assistente Social? A hipótese inicial da questão investigada é de que o assistente social é protagonista no que se refere à promoção da garantia de direitos e à mediação das relações de conflito, sendo peça fundamental na intervenção que rege as demandas socioambientais no âmbito corporativo, favorecendo o crescimento institucional com qualidade de vida.

Nesse ínterim, a presente investigação objetiva refletir sobre o desempenho do profissional de serviço social no processo da sustentabilidade institucional. Além disso, apresenta como objetivos específicos compreender a questão sustentável como processo emergente de transformação social, identificar os impactos socioambientais como expressões da questão social destacando as políticas públicas de enfrentamento, e ainda, destacar as competências e capacidades do assistente social para atuar na demanda da sustentabilidade corporativa.

A relevância da pesquisa se dá no sentido de evidenciar a importância do assistente social na função de articulador, com capacidade técnica e metodológica para intervir com ações que visem à redução e contenção de impactos causados pelas atividades institucionais. Os métodos utilizados nessa investigação são de natureza bibliográfica com abordagem qualitativa, utilizando-se de autores que corroboram com o tema.

Nesse sentido, a pesquisa aqui empreendida pontua em suas partes constituintes, respectivamente, a relação do homem contemporâneo com as questões ambientais, o surgimento e aperfeiçoamento do conceito de sustentabilidade e como se dá o processo de correlação entre o meio corporativo e o meio ambiente. Ademais, aponta também como os impactos ambientais interferem na esfera social e de políticas públicas, e por fim, como se dá o encadeamento entre a inserção de práticas sustentáveis no meio corporativo com o auxílio do assistente social.

Em um universo de infrações e devastação socioambiental as políticas públicas são fundamentais como mecanismos de proteção e prevenção, no intuito de reduzir consequências destrutivas. Neste seguimento, o Brasil apresenta uma vasta compilação de normativos e órgãos específicos, que precisam ser conhecidos e reconhecidos como ferramentas de coação, considerados um importante avanço da iniciativa pública, no qual o setor privado precisa estar enquadrado, à aplicação

destas leis. Neste sentido, assinala Loureiro (2010), a adoção de uma educação ambiental com forte impacto nas políticas públicas, onde se exige projetos para além de ações pontuais.

Neste processo que envolve relações sociais e acesso a políticas públicas com foco na garantia de direitos se estabelece a participação do assistente social, permitindo-lhe transitar por várias esferas, estando apto a trabalhar o individual e o coletivo. Como define Iamamoto (2005), o quadro sócio-histórico se atualiza e atravessa o cotidiano do exercício profissional, afetando as suas condições e as relações de trabalho, assim como as condições de vida da população usuária dos serviços sociais.

2 RELAÇÃO: CONTEMPORANEIDADE E QUESTÃO AMBIENTAL

2.1 O despertar para as questões ambientais

As discussões sobre proteção ao meio ambiente surgem na sociedade antes mesmo da expressão “sustentabilidade” ser utilizada. Em 1933, quando aconteceu a “Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza” organizada pela Sociedade dos Amigos das Árvores, colocou-se em questão a preocupação com a preservação vegetal, numa época em que a economia do país estava concentrada no extrativismo e nas atividades agrícolas. Dessa maneira, tal reunião contribuiu para as primeiras manifestações em direção às políticas públicas de caráter sustentável. (ALMEIDA, 2002)

Segundo o que pregava o nacionalista Alberto Torres:

Enquanto os cientistas – botânicos, sobretudo - clamavam pela proteção das florestas, pensadores nacionalistas como Alberto Torres - político poderoso no império, morto em 1917, mas cuja influência se estendeu pelas décadas seguintes – pregavam a necessidade de preservar “os órgãos vitais da nacionalidade, entre eles seus principais recursos”, como forma de manter a independência da nação. (ALMEIDA, 2002, n.p)

O processo de desenvolvimento econômico, a exploração desenfreada dos recursos naturais aliados à falta de uma gestão governamental comprometida desencadeou na destruição ambiental. No entanto, de acordo com Almeida (2002), no início do Século XX, iniciou-se a implementação de políticas de conservação da natureza como o Código florestal, parques nacionais em Itatiaia e Serra dos Órgãos no Rio de Janeiro e na região das Cataratas do Iguaçu no Paraná, destacando como marco decisivo a criação da Fundação Brasileira para Conservação da Natureza (FBCN), em 1958, no Rio de Janeiro.

Contudo, como afirma Almeida (2002), o advento das transformações socioeconômicas a partir da década de 40, com o início da industrialização no Brasil, e conseqüentemente o aumento da urbanização, favoreceu a insidiosa contaminação do meio ambiente. Questão denunciada na publicação de “Primavera Silenciosa” de Raquel Loise Carson, o que difundiu mundialmente o discurso de

proteção, preservação e conservação da natureza, o que fez a questão ambiental tomar corpo.

No entanto, afirma Silva (2010), apesar dos avanços nas discursões sobre a questão ambiental, e a necessidade evidente de preservação e conservação dos bens naturais, a dinâmica destrutiva oriunda do sistema econômico se mantém. E ainda que se observe a inserção de investimentos em novas tecnologias, a incorporação de indicadores socioambientais nas atividades mercantis, ou seja, uma integração dos fatores de ordem econômicos, ambientais e sociais, as ameaças ao ecossistema continuam aumentando, de acordo com relatórios da ONU.

De certo que é nas décadas de 70 e 80, cimentada pela reprodução do capital, que a crise ambiental se acentua (SILVA, 2010). Neste contexto, a autora apresenta um entendimento de “Questão ambiental”, como a incapacidade do planeta de prover, indefinitivamente, os recursos necessários á reprodução da vida humana, alinhando as condições históricas e sociais e as relações de produção e consumo.

Esta tendência adquire, cada vez mais, um caráter global. Diferentemente de momentos pretéritos, em que os efeitos destrutivos da produção industrial sobre a natureza se fizeram localizados (poluição de rios e mares, devastação de florestas, extinção de algumas espécies), no período atual estudos e pesquisas promovidas pelas mais diversas instituições científicas e agências multilaterais demonstram que a natureza evidencia sinais de esgotamento de suas potencialidades, obstaculizando a expansão incessante da produção mercantil, seja pela via da escassez de matérias-primas, seja pela dimensão dos danos sociais, políticos e econômicos causados pela depredação ambiental e pela poluição. (SILVA, 2010, p. 51).

Neste sentido, Irving (2014), ressalta que a constatação da insustentabilidade dos modos de produção e consumo das sociedades industriais, como também as pós-industriais dá origem á questão ambiental, quando além de destruir a natureza, transformam os indivíduos em engrenagens. A este fenômeno, a respectiva autora, denota a emergência do termo sustentabilidade, fundamentada na percepção dos ricos iminentes nos modos de vida em sociedade. Logo, de acordo com Irving (2014), a origem da sociedade capitalista e a transformação da natureza em bens e serviços, quando entendida como recurso e insumo à engrenagem industrial, decorem também inúmeros efeitos colaterais não previstos, e é quando se propagam os discursos sobre a questão ambiental.

Esta tendência destrutiva do capital reside em sua natureza mesma, como “contradição viva”: ao subordinar a produção aos imperativos da acumulação, o capitalismo não pode sustenta-se indefinidamente, sem que os avanços tecnológicos e científicos por este obtido resultem em crescente perdualidade e destruição. O assombroso aumento da produtividade do capital o faz senhor e voraz devorador dos recursos humanos e material do planeta para, em seguida, retorná-lo como mercadorias de consumo de massa, cada vez mais subutilizado ou, diretamente, como armamento com imenso poder destrutivo (SILVA, 2010, p. 34)

Assim como Silva (2010) e Almeida 2002, Irving (2014) constata diante das tensões envolvidas no processo do crescimento econômico a necessidade exigir respostas urgentes para os inúmeros problemas dele resultantes.

2.2 Construção de um conceito de desenvolvimento sustentável

Percebia-se a importância da abordagem sobre meio ambiente, porém o governo era contraditório e não faltavam conflitos ambientais. O Ministério da Agricultura sugeria que fosse regulamentado o uso de agrotóxico e adubos, o Ministério da Fazenda questionava e temia o desmoronamento da arrecadação. Portanto, de acordo com Almeida (2002), não havia apoio do governo federal para a questão sustentável.

Perante tal situação, o biólogo Paulo Nogueira Neto resolve percorrer os estados em busca de aliados nessa jornada, afirmando que haveria verba federal para a criação de órgãos ambientais, construindo assim aliança com diversos críticos ambientalistas em todo o Brasil. Ao integrar a comissão da ONU, em 1984, Paulo Nogueira Neto, entre suas diversas contribuições formulou então o conceito para desenvolvimento sustentável. (ALMEIDA, 2002)

Nesse sentido, uma particularidade do Rio de Janeiro foi a fusão entre a antiga capital federal, transformada em estado da Guanabara, e o Estado antigo do Rio de Janeiro que permitiu não uma adaptação, mas uma criação de uma nova estrutura dedicada inteiramente ao meio ambiente fazendo interlocuções com diversas áreas de conhecimento. Muitos desses instrumentos de gestão ambiental adotados pelo Rio de Janeiro tornaram-se modelo de referência para diversos estados e para outros países, porém sua maior contribuição é o eixo de plano jurídico para agressões ao meio ambiente. (ALMEIDA, 2002)

Desse momento histórico empreendido por Nogueira, muitos instrumentos de gestão ambiental foram concebidos e introduzidos no Brasil e são a base das atuais políticas públicas existentes. Os relatórios de impacto ambiental e as audiências públicas para análise de empreendimentos com impactos potenciais ao meio ambiente são exemplos de documentos exigidos pela atual legislação federal. (ALMEIDA, 2002)

As lutas ambientais sempre giraram em torno da poluição e degradação do meio ambiente, ocasionados pelo movimento econômico, nesse cenário organizam-se movimentos sociais em que moradores se reúnem em associações de bairro para reclamar da água, do ar e solo contaminados, estando apoiados pela mídia. Essa pressão da sociedade serve para impulsionar as decisões governamentais. No entanto, as empresas, principais agentes poluidores, optam por ficar à margem das discussões. (ALMEIDA, 2002)

Neste horizonte, Gomes, Velozo e Valle (2010), salientam o surgimento de um crescente envolvimento das instituições corporativas se instaura no país, caracterizada por um engajamento de pequenas, grandes e médias empresas dos mais variados setores em ações voluntárias voltadas ao enfrentamento de problemas sociais e ecológicos.

Na década de 80 o mundo começa a refletir sobre a atividade econômica e conservação do meio ambiente. Almeida (2002), destaca a criação da Lei 6938/81 que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente e deu corpo jurídico à proteção dos recursos ambientais, por ela foram unificados todos os elementos que compõem a natureza, de onde surgiu ao longo dos anos o termo “desenvolvimento sustentável”.

O desenvolvimento sustentável deu origem a uma nova roupagem nas atividades corporativas, segundo Gomes, Velozo e Valle (2010), eclode uma postura

consciente da sociedade, de modo que a incorporação da responsabilidade social nos negócios empresariais se tornou uma atitude que as empresas devem abraçar, demonstrando ser mais um diferencial competitivo.

Considerando o ambiente corporativo, é possível perceber que na atual conjuntura as empresas pautam suas atividades em normas e pactos globais, entendendo a sustentabilidade como um entrelace entre o econômico, o social e o ambiental, na tentativa de buscar o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e os recursos naturais.

Tal atitude tem a finalidade de proteger as gerações futuras. Todavia, o desafio nesse sistema é ter o diferencial, ser uma empresa que atue de maneira ambientalmente responsável, mas não apenas para cumprir tratos, agir por compromisso com selos verdes e certificados, ou que se atenha à pressão mundial.

Consciência e responsabilidade socioambiental, tornaram-se os novos termos mais debatidos no íntimo do ambiente corporativo, porém, o que se percebe são discussões na vertente da valorização corporativa, faltando portanto, uma visão macrossocial no que tange a mitigação de impactos ambientais no intuito da promoção da defesa da vida humana.

3 CORRESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E QUESTÃO SOCIAL

3.1 Impactos socioambientais, um novo olhar da gestão corporativa

A partir da discussão sobre sustentabilidade e preservação dos recursos naturais, surge a cultura da responsabilidade social, as empresas sob pressão internacional inserem em suas ações as práticas que vislumbram o desenvolvimento sustentável. Sob esta nova visão surge uma nova gestão corporativa com práticas e estratégias que conjecturam mitigar impactos ambientais e sociais, envolvendo funcionários, estrutura física e econômica. (CARVALHO et al., 2009)

Nesse íterim, Serrão, Almeida e Carestiano (2014), destacam que a crise ambiental é proeminente e complexa, nela estão intrincadas as condições sociais, econômicas, culturais e políticas da sociedade. Sua abrangência culmina com um ciclo de destruição, a transformação da natureza e produção de resíduos, que alteram desde o espaço no meio ambiente como também comprometem o próprio desenvolvimento econômico e da vida humana.

Desta forma, os mesmos autores afirmam que as propostas para o desenvolvimento sustentável fazem crítica aos problemas vividos pela população, contudo há que se buscar entender sua égide, sem a qual não há como resolvê-lo, no intento de orientar para um novo padrão de desenvolvimento, com o objetivo de garantir a existência do futuro.

Portanto, o tema responsabilidade social é iminente, o ambiente corporativo sofre mudanças para atender às novas demandas internacionais, procurando incorporar-se a este novo cenário mundial. No entanto, segundo Carvalho et al. (2009), no Brasil, essa nova metodologia de gestão ainda não teve destaque. Ainda há que se pensar no comprometimento corporativo para além de selos verdes e participação em agendas internacionais, o engajamento da empresa ou entidade deve ter cunho moral, ético e responsável, conforme defendem os autores.

Nessa perspectiva, Santos (2015), assinala que a responsabilidade social empresarial tenta se sustentar ao propagar valores como ética, cidadania e sustentabilidade, de onde se denota ações de conscientização e sensibilização de caráter individual diante de pressões da questão social.

Seguindo esse pensamento, Serrão, Almeida e Carestiano (2009), evidenciam que desenvolvimento sustentável coloca em xeque o atual modelo econômico, o que causa entrave no avanço e expansão deste tema, apesar das intensas preocupações com os impactos causados. Com isso, inviabiliza-se um planejamento real a longo prazo, a fim de manter os recursos naturais para as gerações futuras.

Neste enfoque, buscar a responsabilidade social implica, em primeiro lugar, que empresas desenvolvam uma visão integral do futuro, não somente incorporada à comunidade, mas também, a sociedade e ao país num sentido mais amplo. (CARVALHO et al., 2009, p. 10)

Neste sentido, Santos (2015), argumenta sobre responsabilidade contemporânea, a qual estaria a tecer um novo espírito capitalista, agora no intento do crescimento econômico conjunto com o crescimento social, de modo a conter o desenfreio do lucro empresarial. Porém, classifica a autora, que a realidade assistida destoa do discurso propagado.

Contudo a implementação de um modelo de gestão com base na responsabilidade social traz uma dinâmica de envolvimento entre os coparticipantes: colaborador, fornecedor, cliente e gestão o que pode produzir benefícios para todos os envolvidos. Discurso endossado por Serrão, Almeida e Carestiano (2009), quando afirmam que o que importa como eficiência econômica não é apenas o lucro, mas também o equilíbrio de toda a sociedade.

Neste entendimento, Santos (2015) declara que tal questão é o foco da responsabilidade social, no entanto não há verdade no seu enfrentamento quando as empresas focalizam ações sobre impactos socioambientais produzidos por elas mesmas numa espécie de prestação de contas sob a visão da neofilantropia empresarial, revestida de discurso ético. Segundo Serrão, Almeida e Carestiano (2009), omite-se a verdadeira causa do problema por mais latente e sensível que seja a desigualdade social produzida.

Neste horizonte, o que se depreende, consubstanciado em Carvalho et al. (2009), é a ausência de um comportamento ético das empresas em relação à responsabilidade social, quando há contradição ao que é vinculado na propaganda e o que existe na realidade. No que afirmam os autores, é necessário diferenciar a responsabilidade social de filantropia e de investimento social, o que deve ser considerado na formulação de relatórios de informações de natureza econômica, social e ambiental. Logo fica imbricado para a nova gestão corporativa de responsabilidade social o compromisso ético em alinhar prática e realidade na efetivação de suas propostas.

3.2 Impactos ambientais, questão social e políticas públicas

Considerando a crise ambiental vivida pelo Brasil na contemporaneidade, em que a expansão corporativa resulta na escassez dos bens naturais, extinção da

fauna e flora, percebe-se que o resultado desse sistema capitalista em que não há uma relação do processo de produção e preservação, resulta na perda das espécies, inclusive humana, refletindo em grandes impactos na vida dos seres vivos.

No ano de 2003 foi divulgado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) o aumento de 40% no desmatamento da Amazônia Brasileira entre 2001 e 2002, em razão do aumento da produção agrícola e pecuária que comprometem a estabilidade dos biomas e do clima na América do sul e no mundo.

Nesse sentido, compreende-se que esses impactos socioambientais repercutem no equilíbrio natural das coisas, assim como nos coletivos de pessoas que estão nas camadas mais baixas da sociedade, pois por não terem acesso aos bens socialmente produzidos são os primeiros a sofrer com os fenômenos relacionados à degradação ambiental e climática, como enchentes, seca, poluição e outras alterações.

Considerando esse cenário de degradação ambiental em razão do movimento corporativo, compreende-se que o assistente social assume uma grande função na reeducação e diminuição dessa realidade, pois esses profissionais atuam no processo de Institucionalização de políticas socioambientais, que de acordo com Miotto e Nogueira (2013) é um:

Trabalho desenvolvido pelos profissionais nas esferas de formulação, gestão e execução da política social” ações que são “importantes para o processo de institucionalização das políticas públicas, tanto para a afirmação garantia dos direitos sociais, como para a consolidação do projeto ético-político da profissão.(MIOTTO;NOGUEIRA, 2013, p. 65).

A respeito dessa atuação do assistente social em tal esfera socioambiental, reafirma-se que seu trabalho está ligado à concepção de desenvolvimento social que caminha em paralelo às questões sociais, ambientes, educacionais tanto no bojo rural e urbano. Por entender esse processo da sua atuação, compreende-se que:

As políticas sociais têm-se constituído como estratégias de enfrentamento das manifestações da questão social na sociedade capitalista atual. Estas políticas são materializadas em ações que asseguram à população o direito à: educação, saúde, trabalho, assistência social, previdência social, justiça, agricultura, saneamento, habitação popular, meio ambiente, dentre outros, e que se constituem espaço de inserção profissional do assistente social. (FERREIRA, 2015, p. 115)

A preocupação com esses aspectos ambientais é crescente, visto que desde a década de 1990, em 1992 o Brasil sediou a Conferência Eco-92 ou Rio-92, primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, tendo como propósito refletir sobre o avanço das questões climáticas, trazendo à tona discussões questões científicas, políticas, socioambientais e diplomáticas, além instigar debates para contribuições de novas propostas de desenvolvimento mais sustentáveis e menos danosas ao meio ambiente. (CAPRA, 2015)

Nesse hiato a Política Nacional do Meio Ambiente, fenômeno de grande importância para o viés ambiental visa promover o equilíbrio ecológico, porém o marco maior é oriundo da Constituição Federal de 1988, art. 225 capítulo VI, destacando que o meio ambiente é um bem comum de todos e da coletividade, com

objetivo de preservar e defender. Já em 1997 criou-se a Política de Recursos Hídricos sob a Lei Federal nº 9.433/97, que garante que de forma racional e com responsabilidade dispõem de água suficiente e de qualidade, trazendo consigo mecanismos para o alcance de seus objetivos como cobrança pelo uso da água e planos de recursos híbridos, contando também com o Conselho Nacional de Recursos Hídricos de 1998. (PRZYBYSZ; NAVROSKI; WAGNER, 2012)

Um marco na gestão ambiental é a Política Nacional de Resíduos Sólidos Lei 12305/2010, acordo entre população, empresas e governo para reciclagem e gerenciamentos de lixos, para isso os governos municipais devem criar um plano para resíduos sólidos.

Mais recentemente, em 2015 foi promulgado o documento da Agenda 2030 e os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e 169 metas nela instaurados, assim discute Carmo, Silva e Tchaicka (2021) que essa agenda visa o progresso em relação ao enfrentamento dos principais agravantes mundiais no meio social, econômico e ambiental, sendo um dos principais a pobreza e almeja a solução ou minimização dos efeitos e ações climáticas, ou seja, a Agenda 2030 adota objetivos visando alcançar, através do coletivo, o desenvolvimento sustentável, iniciando sua implementação por territórios locais, com inserção social de acordo com as variadas realidades econômicas e culturais, suprimindo suas necessidades e garantindo a qualificação local, desenvolvendo as políticas sustentáveis específicas.

Desse modo, percebe-se que o desenvolvimento do país e da economia são necessários, entendendo-se que esses crescimentos não acontecem sem o uso dos recursos naturais, por isso o que se pretende é a possibilidade de uso sustentável desses recursos e a preocupação com os danos das ações da produção nas corporações, produção agrícola e pecuária. Nessa tangente, o assistente social pela diversidade de sua atuação consegue articular na efetivação de políticas institucionalizadas na luta desses agravamentos socioambientais.

4. SUSTENTABILIDADE, SERVIÇO SOCIAL E AMBIENTE CORPORATIVO

4.1 Prática e sustentabilidade corporativa

Os debates em volta do desenvolvimento sustentável e responsabilidade social transitam no interior da prática do assistente social, quando perpassa por temas intrínsecos a profissão, conforme apresenta Serrão, Almeida e Carestiano (2014), os esforços devem seguir na dimensão da redução das desigualdades sociais, promoção da equidade e inclusão social. A partir dessa premissa apresentam duas frentes de enfrentamento à crise ambiental que são de ordem econômica e social.

Concomitante com os autores, segue Loureiro (2010), em interpretação da responsabilidade social no sentido de um novo tipo de ações e projetos de intervenções sociais e ambientais como parte integrante da própria atividade empresarial, porém diferente de práticas filantrópicas e voluntariado altruísta.

Sendo assim, Loureiro (2010) defende a existência de uma significativa mudança com relação à preocupação das instituições corporativas referente às questões sociais. Por outro lado Santos (2015), critica a responsabilidade social empresarial, considerando os impactos trazidos pelas ações corporativas, bem como o fomento ao desenvolvimento de conflitos socioambientais.

Neste aspecto, entende-se o ambiente corporativo como um terreno conflituoso, contudo um cenário de intensas transformações. Nesse eixo o trabalho do assistente social se configura no atendimento das demandas inerentes à questão social surgidas dos impactos socioambientais em decorrência do aproveitamento dos recursos humanos e ambientais no interior desse ambiente.

Desta forma, podemos pensar a projeção da participação do assistente social neste contexto, incorporando-lhe instrumentos de intervenção próprios da profissão. No que define Santos, Backx e Guerra(2012), diferentes instrumentais serão escolhidos de acordo com a intencionalidade do profissional, que é dada também pela instituição e pelas necessidades do usuário. Neste contexto se evidencia ainda as formulações históricas e contraditórias das relações de trabalho, consolidando a dimensão tecno-operativa e político-ideológica da profissão. Pelo que assinala Santos, Backx e Guerra(2012):

O espaço reservado ao serviço Social, como um ramo de especialização do trabalho coletivo, é o de dar respostas, buscar prontamente soluções à pluralidade de questões que lhe são colocadas, para o que necessita de fundamentos teóricos-metodológicos, conhecimentos e saberes interventivos, habilidades técnico-profissionais, procedimentos teórico metodológicos de uma perspectiva ética com clara orientação estratégica. (SANTOS; BACKX; GUERRA, 2012, p. 41)

Dessa forma lamamoto (2012), pontua a competência profissional para atuar em diversos espaços ocupacionais, incluindo a empresas privadas e organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, nos quais se qualifica para formulação, planejamento e execução de políticas públicas nas áreas de educação, saúde, previdência, assistência social, habitação, meio ambiente e outros, seguindo na orientação da defesa e ampliação dos direitos sociais.

A atuação profissional junto às políticas socioambientais é real e emergente, tendo em vista as características elementares presentes nesse espaço, inteiramente compatibilizadas com as particularidades encontradas no cotidiano descritas por Santos, Backx e Guerra (2012), heterogeneidade, espontaneidade, imediaticidade, e superficialidade. E alinhados a estes, o caráter investigativo da profissão, que permite refletir sobre realidade singular.

Cabe ainda ressaltar o compromisso ético-político profissional, sobre o qual a prática no trabalho se estabelece na defesa dos direitos sociais e da democracia, emancipação e expansão plena dos indivíduos.

Dessa forma, é inevitável a inserção do serviço social nas demandas socioambientais corporativas, como profissional qualificado para agir para além de ações pontuadas, para contribuir com a formulação da responsabilidade social empresarial com compromisso ético, buscando respostas necessárias à sociedade.

4.2 O assistente social como articulador socioambiental

Sauer e Ribeiro (2012) questionam sobre as competências técnicas, teóricas e práticas para a atuação do assistente social com a questão ambiental e se esse profissional está preparado para a articulação relacionada à construções, desabamentos, programas e pesquisas em que o estudo socioambiental é imprescritível.

O ato de intervir nessa realidade implica necessariamente pensar as consequências ambientais de nossas ações; ademais, intervir na realidade significa pensar novas formas de combate à fome, desigualdade e subalternidade, o que, por sua vez, implica pensar a forma como as políticas sociais estão estruturadas, tendo em vista a sustentabilidade da vida social. (SAUER; RIBEIRO 2012, p.393)

Nessas circunstâncias o ato de intervir nessa realidade vislumbra em pensar as consequências ambientais de nossas ações de forma que para combater a fome, desigualdade e subalternidade, deve-se pensar o modo como as políticas sociais estão estruturadas, tendo em vista a sustentabilidade da vida social. (SAUER; RIBEIRO, 2012).

A atuação do assistente social defende a luta na construção de uma sociedade mais justa e mais preocupada com as ações humanas e questões ambientais, de acordo com Sauer e Ribeiro (2012) as demandas que emergem de questões socioambientais são manifestadas no ofício corriqueiro do assistente social de variadas formas, quando as complicações se apresentam em questões de saúde, habitação, desastres ambientais e outras, assim esse profissional necessita de preparo para lidar com essas situações. Nesse cenário de crescimento industrial e urbano a degradação ambiental é uma expressão emergente da questão social. Conforme Santos, Ferreira e Avelino (2019) a questão ambiental se apresenta em uma demanda nova para o serviço social e uma das mais urgentes na atualidade para a humanidade, logo:

A intervenção profissional do Assistente Social na educação ambiental visa não só às questões de exploração ambiental de determinadas atividades produtivas, mas também a conscientização da classe trabalhadora quanto à preservação do meio ambiente, pois esta, sendo a mais numerosa, tem grandes chances e condições de tornar-se mais pró-ativa, visto que é uma questão de cidadania e educação ser participativa neste enfrentamento, que é uma ação de cunho pessoal de cada indivíduo. (SANTOS; FERREIRA; AVELINO, 2019, n.p)

Destarte, o serviço social contribui no processo de criar práticas socioeducativas para intervir na realidade no que tange a questão do meio ambiente, propondo a conscientização quanto à importância da preservação ambiental e sua influência na qualidade de vida, com perspectiva para construção e ampliação de programas e projetos sustentáveis, na direção do compromisso ético quanto à responsabilidade social no ambiente corporativo.

Compreendendo as relações socioeconômicas empreendidas no contexto da questão ambiental, entende-se que o assistente social está bem

próximo das expressões socioambientais, visto que consegue observar as problemáticas e demandas acerca dessa expressão da questão social resultante da atuação das grandes corporações. Portanto, entende-se que atuação desses profissionais “constitui, um dos principais desafios ao Serviço Social desvelar a natureza teórica e política das propostas de educação ambiental nas quais a profissão é convocada a intervir.” (SILVA, 2010, p. 152).

Reconhecendo os efeitos dos impactos negativos decorrentes do mundo do trabalho, percebe-se a nítida relação social, econômica e ambiental que integra o desenvolvimento sustentável, considerando a dimensão ético-política envolvida. Nesta reflexão, percebe-se que por seu caráter sociopolítico o Serviço Social pode contribuir diretamente na demanda, com intervenções que podem ocorrer no contato direto com a população, ou por meio de pesquisa, administração, supervisão, consultoria e gestão de programas e projetos sociais.

Há que se evidenciar, ainda, o perfil investigativo da profissão, pois enquanto não se entende a causa de um problema não se consegue resolvê-lo. Diante disso, as pesquisas e estudos buscam respostas na gênese do conflito, dificilmente os problemas serão sanados apenas com ajustes que não levem em conta suas verdadeiras causas. (ALMEIDA; CARESTIANO; SERRÃO, 2014)

Sendo assim o Serviço Social desponta no seio da questão socioambiental fundamentado em suas qualificações profissionais, regulamentada pela Lei nº 8.662/93 que comprova suas competências de elaborar, programar e executar políticas públicas sociais, na administração pública, direta ou indireta, como também na privada. Que lhe compete acentuar o papel intrínseco das instituições corporativas no combate aos efeitos sociais, no que se refere repensar suas atividades no intuito de estarem envolvidas com a questão ambiental.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível identificar que as atividades no ambiente corporativo têm uma relação estreita com a sociedade, pois sua forma de produção atinge a qualidade de vida da população, através dos impactos socioambientais, que perpassam por várias dimensões. Esses efeitos maléficos se manifestam em catástrofes, acidentes ambientais, produção de grande quantidade de lixo, enchentes, poluição do ar, da água e do solo, desmatamento, resultando em uma série de ameaças sociais como morte, desemprego e proliferação de doenças, em prejuízos sociais irreparáveis.

Desta forma a sustentabilidade se constitui em um terreno complexo por envolver as condições sociais, econômicas, culturais e políticas, caracterizando a chamada crise ambiental. É uma crise planetária decorrente das ações do homem sobre a natureza, que ao longo do tempo vem gerando um ciclo de destruição, sob o pressuposto de transformação do meio ambiente, e estas alterações refletem na vida do ser humano, comprometendo sua qualidade de vida.

Nesse sentido, os objetivos da pesquisa foram concluídos diante dos apontamentos, ao longo do texto, da questão sustentável como transformadora social, bem como o que está sendo realizado por meio das políticas públicas de enfrentamento à ameaça ambiental com o aparato do assistente social, especialmente nas demandas de sustentabilidade corporativa.

A hipótese inicial que partiu do seguinte questionamento: Como se desenvolve o processo de enfrentamento da questão socioambiental no meio corporativo com participação do Assistente Social? Foi validada, visto que o assistente social mostra-se um agente imprescindível no que rege a intervenção nas demandas socioambientais no ambiente institucional, propiciando a mediação de conflitos e o crescimento corporativo com qualidade de vida.

Nessa perspectiva, destaca-se a importância do assistente social nesse processo, no papel de articulador, com capacidade técnica e metodológica para intervir com ações que visem à redução e contenção de impactos causados pelas atividades institucionais. Por ser a sustentabilidade um desafio de nível coletivo e individual, compreendidos no interior das empresas, sendo necessário um olhar mais crítico, para que esta possa assumir posturas mais eficientes de responsabilidade socioambiental, com o envolvimento e participação de todos.

Em suma, espera-se que esta investigação gere reflexões, levando a uma nova postura consciente da sociedade e incorporação da responsabilidade social nas empresas, utilizando-se dos recursos humanos, e com o auxílio do assistente social, implementando assim a corresponsabilidade no interior da instituição, entendendo a sustentabilidade como uma demanda de caráter individual e coletiva, compreendidas intrinsecamente no meio empresarial, não mais como uma atividade voluntária.

O Serviço Social tem como valor central a defesa dos direitos sociais e humanos na luta pela democracia e pela justiça social, e suas ações são fundamentadas na realidade social e nas questões sociais que são postas, a profissão está vinculada às condições de vida das pessoas e suas culturas, procurando nortear soluções em situações de vulnerabilidade destacando-se o assistente social como sujeito profissional com competências na esfera pública e privada.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Aline; CARESTIANO, Andréa; SERRÃO, Mônica. **Sustentabilidade uma questão de todos nós**. Senac, 2014.
- ALMEIDA, Fernando. **O Bom negócio da sustentabilidade**. Editora Nova Fronteira. 2002.
- ALMEIDA, Oriana; FIGUEIREDO, Silvio Lima; JUNIOR, Saint-Clair Trindade. **Desenvolvimento e Sustentabilidade**. NAEA, Belém, 2012.
- CAPRA, Fritof. **As conexões ocultas**: ciência para uma vida sustentável. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Cultrix, 2005.
- CARMO, Andréa Araújo; SILVA, Cláudia Costa; TCHAICKA, Lígia. **A Agenda 2030, os ODS e Nós** [e-book] – São Luis; UEMA; UEMANET, 2021.
- CARVALHO, Lucia Regina Faleiros; CAVALHEIRO, Jader Branco; FREY, Márcia Rosane; PEROTONNI, Marco Antônio. **Demonstração da Responsabilidade Social. Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul**. 2009.
- FERREIRA, Luzia A. **Serviço Social e Questão agrária**: possibilidades e desafios contemporâneos ao exercício profissional do assistente social. Dissertação de Mestrado, UFJF, 2015.
- GOMES, R. Eduardo. **A Responsabilidade social e as entidades corporativas**. Revista Sinais sociais, 14ª Edição, Sesc, 2010.
- GOMES, R. Eduardo; VELOSO, Letícia; VALLE, Barbara de Souza. **A responsabilidade social e as entidades corporativas**. Revista Sinais sociais. V.05. nº 14. Sesc. Rio de Janeiro. 2010.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez, 2005.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço social na cena contemporânea**. UFRJ. 2012.
- IRVING, Marta de Azevedo. **Sustentabilidade**. Revista Sinais Sociais. V.09. n.26. Serviço Social do Comércio. Rio de Janeiro. RJ. 2014.
- LOUREIRO, B Frederico. **Educação Ambiental no licenciamento: Uma análise crítica de suas contradições e potencialidades**. Revista Sinais sociais, 14ª Edição, Sesc, 2010.

MIOTO, Regina Celia Tamaso e NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional. In: **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 61-71, 2013. Disponível em <https://www.google.com.br/url?sa=t>. Acesso em: 13 set. 2020.

PRZYBYSZ, Leane Chamma Barbar; NAVROSKI, Eliane Pires Eliane Pires; WAGNER, Adriana Franzoi. **Políticas Públicas Ambientais**. Curitiba: IFP, 2012.

SANTOS, Claudia Monica dos; BACKX, Shella; GUERRA, Yolanda. **A dimensão técnico-operativa no serviço social: desafios contemporâneos**. São Paulo: Ed. Cortez, 2012.

SANTOS, Cleusa de Oliveira; FERREIRA, Cláudia Lopes; AVELINO, Cleide Henrique. **A influência do Serviço Social na Questão Ambiental**. Revista Humanitas. 5ª edição, 2019.

SAUER, M., & RIBEIRO, E. M. (2012). Meio ambiente e Serviço Social: desafios ao exercício profissional. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, 11(2), 390 - 398. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/12585>. Acesso em: 20 set. 2022.

SILVA, Maria das Graças. **Questão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social**. 1.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2010.